

Plano de Dados Abertos

BIÊNIO 2026 e 2027

Sumário

I. Introdução	3
II. Cenário institucional	3
III. Objetivos.....	4
a. Objetivo geral	4
b. Objetivos específicos.....	4
IV. Construção e execução do plano de dados abertos.....	4
V. Dados selecionados para abertura	5
a. Matriz de priorização	6
b. Peso dos critérios.....	6
c. Valor de atribuição.....	6
d. Matriz de priorização das bases de dados	6
VI. Catalogação, monitoramento e controle.....	7
a. Monitoramento e controle.....	8
b. Sustentação	8
c. Comunicação	8
VII. Ações	9
a. Cronograma de elaboração e sustentação do PDA.....	9
b. Cronograma de abertura de bases	10
VIII. Cronograma de promoção, fomento, uso e reuso das bases.....	11
IX. Inventário de bases de dados.....	12
X. Referências.....	24
XI. Glossário.....	25

I. Introdução

A Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal foi instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 e tem por objetivo disponibilizar na internet, por parte dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, dados e informações acessíveis ao público que possam ser livremente reutilizados, visando aprimorar a cultura de transparência pública e franquear aos cidadãos, de forma aberta, os dados produzidos ou acumulados pelo Governo Federal.

O propósito deste Plano de Dados Abertos (PDA) é publicitar as ações de promoção da abertura de dados. O PDA é o instrumento de organização e planejamento referente à implantação e racionalização dos processos de publicação de dados abertos no âmbito do Ministério das Cidades (MCID), válidos para o biênio entre março de 2024 e fevereiro de 2026.

Para tal, este documento foi elaborado com base na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a chamada Lei de Acesso à Informação (LAI), em orientações do Manual para a Elaboração de Plano de Dados Abertos da Controladoria-Geral da União (CGU), na Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017, do Comitê Gestor da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (CG-INDA), que aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, e no Decreto nº 9.903, de 8 de julho de 2019, que altera o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, e dispõe sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos, entre outros normativos e documentos que abordam o tema de transparência da informação.

II. Cenário institucional

O Ministério das Cidades (MCID) ressurgiu em 2023, no contexto da reestruturação da organização de pastas ministeriais dada pela Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, convertida na lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023, com o propósito de coordenar as políticas de desenvolvimento urbano e de ordenamento do território urbano. Reuniram-se iniciativas que estavam sob responsabilidade do antigo Ministério do Desenvolvimento Regional, com adaptações para otimizar a administração de programas, recursos e financiamentos.

O Ministério das Cidades atua nas políticas públicas de habitação, saneamento, mobilidade urbana, e de desenvolvimento urbano e metropolitano e tem como objetivos finais para sociedade:

- Desenvolvimento urbano: reduzir desigualdades socioterritoriais mediante o desenvolvimento urbano, por meio de políticas de planejamento urbano, gestão e projetos urbanísticos
- Saneamento básico: Ampliar o acesso e melhorar a qualidade das ações e dos serviços de saneamento básico nas áreas urbanas e rurais
- Mobilidade Urbana: Promover os deslocamentos de pessoas e cargas nas cidades, priorizando o transporte não motorizado e o transporte público coletivo
- Moradia Digna: Promover moradia digna às famílias residentes em áreas urbanas e rurais com a garantia do direito à cidade
- Periferia Viva: Integralizar as políticas públicas nos territórios periféricos e fortalecer o protagonismo da população local no processo decisório e na promoção das potencialidades das periferias brasileiras

Este Plano encontra-se alinhado com Planejamento Estratégico Institucional (PEI – MCID), que está todo permeado com o compromisso social, com o fortalecimento dos canais de comunicação e com o aprimoramento da governança corporativa. Também está amparado pelo Comitê de Governança Digital do Ministério das Cidades, instituído pela Portaria nº 591, de 19 de maio de 2023, responsável por deliberar sobre os assuntos relativos à implementação das ações de governo digital e ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação, em especial na sua competência de aprovação do Plano de Dados Abertos do Ministério das Cidades. Ademais, o ministério contribui para o Plano de Integridade do Ministério das Cidades, que tem o propósito de auxiliar na implementação de ações consistentes para a sustentação de padrões éticos e morais, os quais deverão ser adotados pelos indivíduos e unidades, com a finalidade de criar barreiras que impeçam a corrupção e as fraudes.

III. Objetivos

a. Objetivo geral

O Plano Geral de Dados Abertos visa promover a publicação de dados do Ministério das Cidades conforme os princípios de dados abertos, os quais devem ser completos, primários, atuais, acessíveis, processáveis por máquina e de acesso não discriminatório, em formatos não proprietários e livres de licenças, a fim de contribuir para a melhoria da gestão pública, o incremento da transparência, o fomento do controle social, a pesquisa científica de base empírica sobre a gestão pública, o incentivo ao desenvolvimento de novas tecnologias destinadas à construção de ambiente de gestão pública participativa e democrática e a melhor oferta de serviços públicos para o cidadão.

b. Objetivos específicos

Os objetivos específicos identificados até o momento são vários, podendo-se citar os seguintes, sem pretensão de exaustão das possibilidades:

- Identificar prioridades e disponibilizar dados em formatos abertos;
- Melhorar a qualidade dos dados disponibilizados;
- Melhorar a gestão da informação e de dados;
- Incrementar continuamente os processos de transparência e de acesso às informações públicas.

IV. Construção e execução do plano de dados abertos

O processo de construção deste PDA foi realizado por meio de reuniões de trabalho periódicas e da criação do Comitê Gestor de Dados Abertos para tratar sobre o assunto em questão. A abertura de dados seguiu os seguintes passos:

- Analisar o Plano de Dados anterior e revisar o inventário de dados;
- Analisar o Plano de Dados anterior e revisar a priorização e seleção dos dados a serem abertos;
- Analisar o Plano de Dados anterior e revisar a definição de responsáveis pelo preparo e atualização dos dados e detalhamento do plano de ação com metas e prazos;

- Analisar o Plano de Dados anterior e revisar a consolidação da matriz de responsabilidades e definição da governança e do fluxo de aprovação do PDA e revisões;

Utilização de metodologia de abertura de ser seguida pelas áreas responsáveis (padrões da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA e Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE);

V. Dados selecionados para abertura

Para a definição das bases que serão disponibilizadas em formato aberto, foram considerados os seguintes critérios

- O grau de relevância dos dados para o cidadão, observando-se contribuições oriundas do processo de participação social adotado pelo Ministério das Cidades na elaboração deste Plano de Dados Abertos;
- Os normativos legais e os compromissos formalmente assumidos pelo Ministério;
- O grau de relevância para o cidadão, observando-se os pedidos de acesso à informação recebidos pelo Ministério das Cidades por meio do Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) e demais demandas recebidas pelas unidades do Ministério das Cidades;
- O nível de maturidade da organização quanto aos dados existentes ou já publicados na internet que não estão em formato aberto;
- O grau de relevância para o cidadão, observando-se as manifestações recebidas pelo Ministério das Cidades por meio de sua ouvidoria;

Ademais, foi realizado um levantamento dos dados mais solicitados em transparência passiva pela Ouvidoria do Ministério das Cidades utilizando-se a base de dados completa de pedidos de acesso à informação desta Pasta; as demandas recebidas pela Ouvidoria no período de 2023; e o preenchimento de formulário de consulta pública utilizado como instrumento de participação social.

Formulário de consulta pública: o mecanismo de participação social utilizado foi um formulário MS Forms disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>, entre 19 de outubro de 2023 até 16 de novembro de 2023. Foram coletadas informações sociodemográficas e sobre o interesse da população referente aos programas, projetos, ações, obras ou atividades do Ministério das Cidades de maior interesse. Foram coletadas 47 respostas, das quais se revelou que as bases de dados de maior interesse são aquelas relacionadas ao Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV e ao Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat - PBQPH, com 35 e 12 solicitações respectivamente. Os resultados da consulta pública podem ser observados no Anexo C¹.

Considerando essas três fontes de informação sobre os interesses da população em dados abertos do Ministério das Cidades, no período de 2023, o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi o item mais solicitado.

¹As respostas do formulário também podem ser acessadas no endereço eletrônico <https://forms.office.com/Pages/AnalysisPage.aspx?AnalyzerToken=L3rljsA74EoD0t0tYVPkjXkDA1oeRZVb&id=4ewRlhQ0NUyj8H0QBCKM1ngo7HvkjJdEib2K7rMqtoZUODFBOFdUMkxGTks0UVIKRVawNTY5VDJITy4u>

a. Matriz de priorização

De modo a cumprir todos os requisitos relacionados na Resolução nº 03 CG -IND e aumentar a eficiência no processo de abertura de bases, elaborou-se a matriz de prioridade, a elaboração do cronograma de abertura dos dados:

b. Peso dos critérios

CRITÉRIOS	DESCRIÇÃO DOS CRITÉRIOS	PESO
C1	Contribuições oriundas do instrumento de participação social	5
C2	Normativos legais e compromisso formalmente assumidos pelo Ministérios	4
C3	Contribuições oriundas de pedidos de acesso à informação	3
C4	Nível de maturidade da organização quanto aos dados	2
C5	Contribuições oriundas de pedidos à ouvidoria	1

c. Valor de atribuição

Não se aplica	0
Baixo	1
Médio	2
Alto	3

d. Matriz de priorização das bases de dados

SECRETARIA	NOME DA BASE DE DADOS	C1	C2	C3	C4	C5	TOTAL
SNH	Dados Minha Casa Minha Vida	3	3	3	2	2	42
SEMOB	Levantamento sobre Planos de Mobilidade Urbana	1	3	2	2	3	30
Corregedoria	Sistemas correccionais - Relatório CGU-PAD	0	3	0	3	0	18
Corregedoria	Sistemas correccionais CGU-PJ	0	3	0	3	0	18
SNSA	Série Histórica do SNIS	2	0	2	0	3	19

SECRETARIA	NOME DA BASE DE DADOS	C1	C2	C3	C4	C5	TOTAL
SEMOB	Pesquisa Nacional de Mobilidade Urbana (Pemob)	0	2	2	2	0	18
SNDUM	Programa Nacional de Capacitação das Cidades - CAPACIDADES	0	2	1	1	1	14
SE	Painel MDR – Carteira de Investimentos	0	3	0	0	0	12
Corregedoria	Base de investigação preliminar	0	2	0	2	0	12
SE	Canal FGTS	0	3	0	0	0	12
SNH	PBQP-H (Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat)	0	1	0	2	1	9
MDR*	FCF – Fundos Constitucionais de Financiamento	0	2	0	0	0	8
SNP	Dados de urbanização*	0	2	0	0	0	8
SNP	Regularização Urbana*	0	2	0	0	0	8
SNP	Mitigação e Prevenção de Risco*	0	2	0	0	0	8
SNDUM	Debêntures Incentivadas de Iluminação Pública	0	1	0	1	0	6
SEMOB	Sistema de Seleção de Mobilidade – SELEMOB	0	1	0	1	0	6
SNDUM	Sistema de seleção de Desenvolvimento urbano - Pró-Cidades	0	1	0	1	0	6
SNSA	Sistema de Seleção de Saneamento - SELESAN	0	1	0	1	0	6

VI. Catalogação, monitoramento e controle

As bases de dados programadas para publicação em formato aberto serão catalogadas no Portal Brasileiro de Dados Abertos (dados.gov.br), assim como na página de dados abertos do próprio Ministério das Cidades (dadosabertos.cidades.gov.br). Esse processo será feito diretamente pelas áreas responsáveis pelos dados e deverá seguir o cronograma de abertura estabelecido no item 8 (oito) deste PDA, considerando as seguintes premissas:

- a) Publicar os dados já prontos para publicação, o mais rápido possível, em formato não proprietário e informando eventuais limitações de qualidade dos dados;
- b) Sempre que possível, publicar dados e seus metadados, conforme estabelecido no Plano de Ação da INDA, que estabelece que cada conjunto de dados contenha, no mínimo:
 - Nome ou título do conjunto de dados;
 - Descrição sucinta;
 - Palavras-chave (etiquetas);
 - Assuntos relacionados ao Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE);
 - Nome e e-mail do setor responsável pelos dados;
 - Periodicidade de atualização;
 - Escopo temporal (anual, bimestral, mensal, diário, on-line);

a. Monitoramento e controle

O Plano de Dados Abertos do Ministério das Cidades será monitorado e acompanhado pela Assessoria Especial de Controle Interno (AECI), conforme o artigo 13, inciso V, da Portaria MCID nº 1.048, de 22 de agosto de 2023, que a designa como autoridade responsável pelas atribuições descritas no Art. 40 da Lei n.12.527, de 18 de novembro de 2011, e no Art. 67 do Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012, no âmbito do Ministério das Cidades, com os principais objetivos:

- Assegurar a publicação e a atualização do Plano de Dados Abertos, de forma eficiente e adequada; e
- Monitorar a implementação do Plano de Dados Abertos.

b. Sustentação

Ficarão responsáveis pela curadoria dos metadados do Ministério das Cidades as respectivas unidades de origem de cada conjunto de dados, com a responsabilidade de publicá-las no Portal de Dados Abertos do Ministério das Cidades e no Portal Brasileiro de Dados Abertos, com as seguintes atribuições:

- Verificar se os dados estão de acordo com os padrões da INDA e INDE (metadados completos e atualizados);
- Contatar o gestor dos dados, caso verifique que algum dos arquivos catalogados se tornou indisponível; e
- Identificar e elaborar propostas para possíveis melhorias de qualidade dos dados disponibilizados e novos conjuntos de dados candidatos à abertura.

A Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração tem papel fundamental na viabilização das ações previstas no presente Plano por meio do uso de recursos tecnológicos, tal como previsto no artigo 6º, inciso II, da portaria MCID nº 1.048, de 22 de agosto de 2023, que institui o comitê de dados abertos do Ministério das Cidades. A garantia de acesso aos dados abertos subentende a sustentação da infraestrutura disponível, atualizada e confiável.

c. Comunicação

O Plano de Dados Abertos será publicado no portal oficial (dadosabertos.cidades.gov.br) e divulgado nas redes sociais do Ministério das Cidades.

O recebimento de questionamentos e sugestões para aprimoramento do conteúdo disposto no PDA será realizado pela Ouvidoria-Geral do Ministério das Cidades, por meio dos canais:

- Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação – falabr.cgu.gov.br
- Ouvidoria do Ministério das Cidades
<https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao/ouvidoria>

VII. Ações

a. Cronograma de elaboração e sustentação do PDA

Ação	Prazo	Responsável
Analisar Plano de Dados atual e analisar as revisões e atualizações necessárias	Nov/25	CGIAP/DMP/SE
Apresentar proposta inicial de revisão e atualização à Comissão Técnica do Comitê de Governança Digital	Nov/25	CGIAP/DMP/SE
Realizar atualização do inventário de bases	Nov/2025 a Fev/2026	CT-CGD
Verificar viabilidade técnica de disponibilização das bases e definir priorização	Nov/2025 a Fev/2026	CT-CGD
Elaborar cronograma de abertura das bases de dados	Nov/2025 a Fev/2026	CT-CGD
Criar estratégias para publicação, sustentação, promoção e difusão dessas bases	Nov/2025 a Fev/2026	CT-CGD
Aprovar minuta do PDA na CT-CGD	Mar/26	CT-CGD
Encaminhar minuta final do PDA à CGU	Mar/26	CGIAP/DMP/SE
Submeter PDA para aprovação do Comitê de Governança Digital (CGD) do MCID	Abr/26	CGTI/SPOA/SE CGIAP/DMP/SE
Aprovar PDA	Abr/26	CGD
Publicar PDA no Portal do MCID (www.gov.br/cidades) e nos respectivos canais de comunicação digital	Mai/26	AESCOM
Monitorar e avaliar o PDA	Mai/26 a Fev/28	AECI
Revisão	Em qualquer momento	MCID / CGD / CT-CGD
Iniciar a elaboração do novo Plano de Dados Abertos para o próximo biênio (2028 e 2029)	Jul/2027 a Dez/27	CT-CGD

b. Cronograma de abertura de bases

Programação do órgão para a publicação das bases selecionadas durante o período de 2 anos a contar da publicação do PDA, conforme o art. 4º da Resolução nº 3/2017 do CGINDA.

Unidade	Base	Nome da base de dados	Periodicidade atualização	Disponível no Portal Dados Abertos MCID?
GM (Corregedoria)	CGU-PAD	Sistemas correccionais - Relatório CGU-PAD	Por demanda	SIM
GM (Corregedoria)	CGU-PJ	Sistemas correccionais CGU-PJ	Por demanda	SIM
GM (Corregedoria)	Investigação Preliminar	Base de investigação preliminar	Por demanda	SIM
SE (CGIAP/DMP)	Debêntures MCID	Debêntures do Ministério das Cidades	Mensal	Não (nova a ser incluída)
SE (CGIAP/DMP)	REIDI MCID	REIDI do Ministério das Cidades	Mensal	Não (nova a ser incluída)
SE (CGIAP/DMP)	TCI	Tabela da Carteira de Investimento Integrada MCID	Diária	SIM
SEMOB	PEMOB	Pesquisa Nacional de Mobilidade Urbana (Pemob)	Anual	SIM
SEMOB	PLANMOB	Levantamento sobre Planos de Mobilidade Urbana	Trimestral	SIM
SNDUM	CAPACIDADES	Programa Nacional de Capacitação das Cidades - CAPACIDADES	Trimestral	SIM
SNH	MCMV EXEC FIN	Execução orçamentária financeira da habitação	Trimestral	SIM
SNH	SNHIS	Situação de Regularidade dos Estados e Municípios no SNHIS	Trimestral	SIM
SNH	MCMV	Dados Minha Casa Minha Vida	Mensal	SIM
SNH	PBQP-H	PBQP-H (Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat)	Trimestral	SIM
SNSA	SNIS	Série Histórica do SNIS	Anual	SIM

VIII. Cronograma de promoção, fomento, uso e reuso das bases

O Plano de Ação a seguir apresenta as iniciativas, os prazos e os responsáveis pela elaboração, publicação e implantação do PDA-MCID do biênio (março de 2024 e fevereiro de 2026), conforme [alínea a, do inciso VI, do art. 4º da Resolução nº 3/2017 do CGINDA](#).

Nº	NOME DA AÇÃO	PREVISÃO META/PRAZO	UNIDADE RESPONSÁVEL
1	Divulgar o Plano de Dados Abertos no portal do MCID e rede sociais	1º semestre/2026	AESCOM
2	Capacitar os gestores dos dados nas áreas de negócio para implementação do PDA	1º semestre/2026	CGGP, AECI (Prospera Cidades)
3	Promover nos canais de comunicação a divulgação do Plano de Dados Abertos	1º semestre/2026	AESCOM
4	Fazer campanhas e ações de fomento à cultura de utilização de dados abertos	Anualmente	CGGP / AESCOM / AECI (Prospera Cidades)
5	Realizar workshop e produzir cartilhas e folders para os servidores do MCID sobre o Plano de Dados Abertos	2º semestre/2026	CGGP / AESCOM / AECI (Prospera Cidades)
6	Publicar Relatório Anual de Monitoramento e Controle	2º semestre/2026 2º semestre/2027	AECI
7	Iniciar atividades para revisão e elaboração do 3º Plano de Dados Abertos do MCID	2º semestre/2027	CT-CGD

IX. Inventário de bases de dados

Base: CGU-PAD

Sistemas correccionais - Relatório CGU-PAD

Unidade	GM
Setor	Corregedoria
Sigla da base	CGU-PAD
Nome da base de dados	Sistemas correccionais - Relatório CGU-PAD
Descrição	Base da dados da CGU sobre procedimentos correccionais.
Periodicidade atualização	Por demanda
Conteúdo sigiloso?	Sim
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Disponível no Portal Gov.BR?	Não se aplica
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado não será disponibilizado.
Decisão	Excluir
Observação	Informação com conteúdo sigiloso. As informações pública já constam no painel da CGU https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/corregedorias

Base: CGU-PJ

Sistemas correccionais CGU-PJ

Unidade	GM
Setor	Corregedoria
Sigla da base	CGU-PJ
Nome da base de dados	Sistemas correccionais CGU-PJ
Descrição	Base da dados da CGU sobre procedimentos de responsabilização de entes privados - PARs instaurados.
Periodicidade atualização	Por demanda
Conteúdo sigiloso?	Sim
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Disponível no Portal Gov.BR?	Não se aplica
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado não será disponibilizado.
Decisão	Excluir
Observação	Informação com conteúdo sigiloso. As informações pública já constam no painel da CGU https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/corregedorias

Base: Investigação Preliminar

Base de investigação preliminar

Unidade	GM
Setor	Corregedoria
Sigla da base	Investigação Preliminar
Nome da base de dados	Base de investigação preliminar
Descrição	Base de dados com os processos de investigação preliminar

	instaurados na Corregedoria
Periodicidade atualização	Por demanda
Conteúdo sigiloso?	Sim
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Disponível no Portal Gov.BR?	Não se aplica
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado não será disponibilizado.
Decisão	Excluir
Observação	Informação com conteúdo sigiloso. As informações pública já constam no painel da CGU https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/corregedorias

Base: RP9 2020/2022 Emendas

Emendas de Relator-Geral do Orçamento da União (RP9) - 2020 a 2022

Unidade	SE
Setor	Não se aplica
Sigla da base	RP9 2020/2022 Emendas
Nome da base de dados	Emendas de Relator-Geral do Orçamento da União (RP9) - 2020 a 2022
Descrição	Relação das notas de empenho emitidas com recurso RP 9 entre os exercícios financeiros de 2020 a 2022
Periodicidade atualização	Não se aplica
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Site. Incluir no portal
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado já disponibilizado.
Decisão	Incluir
Observação	Já estão disponíveis no site MCID na página dos Dados Abertos. Apenas incluir no portal.

Base: RP9 2020/2022 Empenhos

Relação das notas de empenho emitidas com recurso RP 9 entre os exercícios financeiros de 2020 a 2022

Unidade	SE
Setor	Não se aplica
Sigla da base	RP9 2020/2022 Empenhos
Nome da base de dados	Relação das notas de empenho emitidas com recurso RP 9 entre os exercícios financeiros de 2020 a 2022
Descrição	Relação das notas de empenho emitidas com recurso RP 9 entre os exercícios financeiros de 2020 a 2022
Periodicidade atualização	Não se aplica
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Está no site. Incluir no portal
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado já disponibilizado.
Decisão	Incluir
Observação	Já estão disponíveis no site MCID na página dos Dados Abertos. Apenas incluir no portal.

Base: Debêntures MCID

Debêntures do Ministério das Cidades

Unidade	SE
Setor	DMP/CGIAP
Sigla da base	Debêntures MCID
Nome da base de dados	Debêntures do Ministério das Cidades
Descrição	Debêntures do Ministério das Cidades que incluem as emissões para Iluminação pública; mobilidade urbana; e saneamento
Periodicidade atualização	Mensal
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Está no site. Incluir no portal
Decisão	Incluir
Observação	Consolidar as informações que estavam dispersas em várias secretarias em uma base única.

Base: Debêntures Iluminação Pública

Debêntures de Iluminação Pública

Unidade	SE
Setor	EXCLUIR
Sigla da base	Debêntures Iluminação Pública
Nome da base de dados	Debêntures de Iluminação Pública
Descrição	Base de dados contendo informações de projetos enquadrados nos requisitos e procedimentos definidos na Portaria MDR nº 265, de 12 de fevereiro de 2021
Periodicidade atualização	Não se aplica
Política Pública (quando aplicável)	Desenvolvimento Urbano e Metropolitano
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Prazo para abertura da base	1º trimestre/2026
Decisão	Substituída
Observação	Informação contemplada na tabela Debêntures MCID

Base: REIDI MCID

REIDI do Ministério das Cidades

Unidade	SE
Setor	DMP/CGIAP
Sigla da base	REIDI MCID
Nome da base de dados	REIDI do Ministério das Cidades
Descrição	Relação consolidada de projetos de infraestrutura com desoneração do Reidi – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério das Cidades que inclui 3 bases: Mobilidade; Saneamento; e consolidada MCID
Periodicidade atualização	Mensal
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Está no site. Incluir no portal
Decisão	Incluir
Observação	Consolidar as informações que estavam dispersas em várias

	secretarias em uma base única.
--	--------------------------------

Base: TCI

Tabela da Carteira de Investimento Integrada MCID

Unidade	SE
Setor	DMP/CGIAP
Sigla da base	TCI
Nome da base de dados	Tabela da Carteira de Investimento Integrada MCID
Descrição	Base de dados com toda a carteira de investimentos do Ministério do Desenvolvimento Regional. Nessa base, são utilizados dados coletados automaticamente do Transferegov, Caixa Econômica, FGTS, BNDES e outros que são mantidos manualmente.
Periodicidade atualização	Diária
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Disponível no Portal Gov.BR?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado já disponibilizado.
Decisão	Manter

Base: CGFGTS

CGFGTS

Unidade	SE
Setor	DMP/CGFIF
Sigla da base	CGFGTS
Nome da base de dados	CGFGTS
Descrição	Base de dados com informações sobre leis, decretos, resoluções, instruções normativas e arquivos disponibilizados pelo agente operador Caixa, como material de reuniões do Grupo de Apoio Permanente (GAP) e do Conselho Curador do FGTS (CCFGTS).
Periodicidade atualização	Não se aplica
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Gov.BR?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado não será disponibilizado.
Decisão	Excluir
Observação	Não é uma base de dados. Mas uma página para consulta à legislação e informação do FGTS. Links já existem. Legislação: https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/outros-programas-e-projetos/fundo-de-garantia-do-tempo-de-servico-fgts Reuniões/Atas: https://www.fgts.gov.br/Paginas/subpaginas/conselho-fgts.aspx

Base: Pró Cidades

Unidade	SEMOB
Setor	EXCLUIR

Sigla da base	Pró Cidades
Periodicidade atualização	Não se aplica
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado não será disponibilizado.
Decisão	Excluir
Observação	Informação contemplada na tabela da carteira de investimento integrada do MCID

Base: PEMOB

Pesquisa Nacional de Mobilidade Urbana (Pemob)

Unidade	SEMOB
Sigla da base	PEMOB
Nome da base de dados	Pesquisa Nacional de Mobilidade Urbana (Pemob)
Descrição	Dados sobre a Pesquisa Nacional de Mobilidade Urbana, com informações prestadas pelos municípios com mais de 250 mil habitantes.
Periodicidade atualização	Anual
Política Pública (quando aplicável)	Mobilidade urbana
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado já disponibilizado.
Decisão	Manter

Base: PLANMOB

Levantamento sobre Planos de Mobilidade Urbana

Unidade	SEMOB
Sigla da base	PLANMOB
Nome da base de dados	Levantamento sobre Planos de Mobilidade Urbana
Descrição	Dados sobre a elaboração dos Planos de Mobilidade Urbana por parte dos municípios.
Periodicidade atualização	Trimestral
Política Pública (quando aplicável)	Mobilidade urbana
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Disponível no Portal Gov.BR?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado já disponibilizado.
Decisão	Manter

Base: SELEMOB

Base de dados Selemob

Unidade	SEMOB
---------	-------

Setor	EXCLUIR
Sigla da base	SELEMOB
Nome da base de dados	Base de dados Selemob
Descrição	Banco que reúne informações de cartas consultas preenchidas por proponentes do setor público para acesso a recursos de financiamento no âmbito do Programa Avançar Cidades Mobilidade Urbana.
Periodicidade atualização	Não se aplica
Política Pública (quando aplicável)	Desenvolvimento Urbano e Metropolitano
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado não será disponibilizado.
Decisão	Excluir
Observação	Sugere excluir esta base dos Dados Abertos, pois os dados não são dinâmicos não permitindo garantir que as informações contidas no sistema, sejam adequadas para utilização. E os empreendimentos selecionados e contratados já são disponibilizados.

Base: Contratos 00SY

Contratos de repasse (Ação 00SY)

Unidade	SNDUM
Setor	EXCLUIR
Sigla da base	Contratos 00SY
Nome da base de dados	Contratos de repasse (Ação 00SY)
Descrição	Conjunto de dados sobre propostas com aporte financeiro do Orçamento Geral da União (OGU) de Estados, Distrito Federal e Municípios para a "Ação 00SY - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas" do "Programa 2217 – Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano", possui objetivo de fomentar transformações urbanísticas estruturais e urbanização acessível orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade implementada de forma integrada
Periodicidade atualização	Não se aplica
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado não será disponibilizado.
Decisão	Substituída
Observação	Informação contemplada na tabela da carteira de investimento integrada do MCID

Base: CAPACIDADES

Programa Nacional de Capacitação das Cidades - CAPACIDADES

Unidade	SNDUM
Sigla da base	CAPACIDADES

Nome da base de dados	Programa Nacional de Capacitação das Cidades - CAPACIDADES
Descrição	Base de dados contendo: 1) Cursos EAD de autoinstrução, síncronos e assíncronos, acessados via Portal Capacidades e redirecionados às plataformas parceiras. 1.Número de inscritos e de certificados de conclusão emitidos no período. 2. Eventos presenciais promovidos pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades - Capacidades, com inscrições e certificações realizadas via Portal Capacidades.
Periodicidade atualização	Trimestral
Política Pública (quando aplicável)	Desenvolvimento Urbano e Metropolitano
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Disponível no Portal Gov.BR?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado já disponibilizado.
Decisão	Manter

Base: PRÓ-CIDADES

Sistema de seleção - Pró- Cidades

Unidade	SNDUM
Setor	---
Sigla da base	PRÓ-CIDADES
Nome da base de dados	Sistema de seleção - Pró- Cidades
Descrição	Programa de Desenvolvimento Urbano - Pró- Cidades o sistema tem por objetivo proporcionar aos entes federados brasileiros condições para a formulação e a implantação de política de desenvolvimento urbano local a partir do financiamento de investimentos apresentados na forma de projetos integrados de melhoria de um perímetro urbano previamente definido e, assim, garantir maior efetividade da função social da cidade e da propriedade urbana, priorizando a ocupação democrática de áreas urbanas consolidadas. o programa funciona por meio de processo de seleção pública de empreendimentos com vistas à contratação de operações de crédito para financiar as ações de desenvolvimento urbano.
Periodicidade atualização	Não se aplica
Política Pública (quando aplicável)	Desenvolvimento Urbano e Metropolitano
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado não será disponibilizado.
Decisão	Excluir
Observação	Sugere excluir esta base dos Dados Abertos, pois os dados não são dinâmicos não permitindo garantir que as informações contidas no sistema, sejam adequadas para utilização. E os empreendimentos selecionados e contratados já são disponibilizados.

Base: MCMV EXEC FIN

Execução orçamentária financeira da habitação

Unidade	SNH
Sigla da base	MCMV EXEC FIN
Nome da base de dados	Execução orçamentária financeira da habitação
Descrição	Dados da execução orçamentário-financeira da Secretaria Nacional de Habitação (SNH) do Orçamento Geral da União, além de emendas parlamentares. Os valores foram extraídos do Siafi (módulo Tesouro Gerencial), não consideram créditos extraordinários, nem ações orçamentárias canceladas ao longo do ano.
Periodicidade atualização	Trimestral
Política Pública (quando aplicável)	Habitação
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado já disponibilizado.
Decisão	Manter

Base: SNHIS

Situação de Regularidade dos Estados e Municípios no SNHIS

Unidade	SNH
Sigla da base	SNHIS
Nome da base de dados	Situação de Regularidade dos Estados e Municípios no SNHIS
Descrição	Apresenta a regularidade no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) dos estados, municípios e Distrito Federal, a qual é prevista em algumas modalidades do MCMV
Periodicidade atualização	Trimestral
Política Pública (quando aplicável)	Habitação
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado já disponibilizado.
Decisão	Manter

Base: MCMV

Dados Minha Casa Minha Vida

Unidade	SNH
Sigla da base	MCMV
Nome da base de dados	Dados Minha Casa Minha Vida
Descrição	Dados das operações contratadas nas operações de produção de unidades habitacionais subsidiadas e dados das operações contratadas nas operações de produção e aquisição de unidades habitacionais financiadas. O programa reúne iniciativas habitacionais do Governo Federal para atender às necessidades habitacionais da população.
Periodicidade atualização	Mensal
Política Pública (quando aplicável)	Habitação
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim

Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado já disponibilizado.
Decisão	Manter

Base: PBQP-H

PBQP-H (Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat)

Unidade	SNH
Sigla da base	PBQP-H
Nome da base de dados	PBQP-H (Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat)
Descrição	O PBQP-H (Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat) é uma ferramenta do Governo Federal que busca garantir dois pontos fundamentais quando se fala de habitação de interesse social: a qualidade, com obras marcadas pela segurança e durabilidade; e a produtividade do setor da construção a partir da sua modernização. Entre os dados publicados estão informações sobre o SiMaC (Sistema de Qualidade de Empresas de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos), SiNAT (Sistema Nacional de Avaliação Técnica) e SiAC (Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras)
Periodicidade atualização	Trimestral
Política Pública (quando aplicável)	Habitação
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado já disponibilizado.
Decisão	Manter

Base: SELEHAB REGMEL

SELEHAB - Propostas do Pró-Moradia

Unidade	SNP
Setor	---
Sigla da base	SELEHAB REGMEL
Nome da base de dados	SELEHAB - Propostas do Pró-Moradia
Descrição	O Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional é integrante do Minha Casa Minha Vida e tem como objetivo enfrentar o tema da inadequação habitacional da população de baixa renda residente em núcleos urbanos informais, tanto no que se refere às questões edilícias quanto às fundiárias. Ao aderir ao Programa o Município ou Distrito Federal firma Termo de Adesão assumindo diversos compromissos, entre eles participar com o Agente Promotor da escolha das áreas a serem regularizadas, analisar e anuir com as propostas apresentadas pelas empresas ou entidades privadas - ações que são realizadas por meio do sistema SELEHAB - Pró-Moradia da Secretaria Nacional de Habitação
Periodicidade atualização	Não se aplica
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim

Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado não será disponibilizado.
Decisão	Excluir
Observação	Sugere excluir esta base dos Dados Abertos, pois os dados não são dinâmicos não permitindo garantir que as informações contidas no sistema, sejam adequadas para utilização. E os empreendimentos selecionados e contratados já são disponibilizados.

Base: ENC

Contenção de encostas

Unidade	SNP
Setor	---
Sigla da base	ENC
Nome da base de dados	Contenção de encostas
Descrição	Planilha com os dados das operações ativas de urbanização de assentamentos precários
Periodicidade atualização	Não se aplica
Política Pública (quando aplicável)	Política Integrada e Transversal de Intervenção nos Territórios Periféricos
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Disponível no Portal Gov.BR?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado não será disponibilizado.
Decisão	Substituída
Observação	Informação contemplada na tabela da carteira de investimento integrada do MCID

Base: REG

Regularização Urbana

Unidade	SNP
Setor	---
Sigla da base	REG
Nome da base de dados	Regularização Urbana
Descrição	Planilha com os dados das operações ativas de urbanização de assentamentos precários
Periodicidade atualização	Não se aplica
Política Pública (quando aplicável)	Política Integrada e Transversal de Intervenção nos Territórios Periféricos
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Disponível no Portal Gov.BR?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado não será disponibilizado.
Decisão	Substituída
Observação	Informação contemplada na tabela da carteira de investimento integrada do MCID

Base: UAP**Urbanização de assentamentos precários**

Unidade	SNP
Setor	---
Sigla da base	UAP
Nome da base de dados	Urbanização de assentamentos precários
Descrição	Planilha com os dados das operações ativas de urbanização de assentamentos precários
Periodicidade atualização	Não se aplica
Política Pública (quando aplicável)	Política Integrada e Transversal de Intervenção nos Territórios Periféricos
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Disponível no Portal Gov.BR?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado não será disponibilizado.
Decisão	Substituída
Observação	Informação contemplada na tabela da carteira de investimento integrada do MCID

Base: SELESAN**Sistema de Seleção de Empreendimentos de Saneamento**

Unidade	SNSA
Setor	---
Sigla da base	SELESAN
Nome da base de dados	Sistema de Seleção de Empreendimentos de Saneamento
Descrição	Dados sobre o sistema de recebimento de propostas para empreendimentos de saneamento básico do Setor Público.
Periodicidade atualização	Não se aplica
Política Pública (quando aplicável)	Saneamento Básico
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Disponível no Portal Gov.BR?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado não será disponibilizado.
Decisão	Excluir
Observação	80000.001021/2025-48 - Doc SEI 5677183 Sugere excluir esta base dos Dados Abertos, pois os dados não são dinâmicos não permitindo garantir que as informações contidas no sistema, sejam adequadas para utilização. E os empreendimentos selecionados e contratados já são disponibilizados.

Base: SNIS**Série Histórica do SNIS**

Unidade	SNSA
Sigla da base	SNIS
Nome da base de dados	Série Histórica do SNIS
Descrição	o SNIS - Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento - é considerado o maior e mais importante sistema de informações do setor de saneamento brasileiro. o Sistema apoia-se em um banco de dados que contém informações de caráter operacional, gerencial, financeiro e de qualidade sobre a prestação de serviços de água e de esgotos, manejo de resíduos sólidos urbanos e manejo de águas pluviais urbanas. Considerando o modelo de organização dos serviços no Brasil, o SNIS é dividido em 3 (três) componentes: água e esgotos (SNIS- AE); resíduos sólidos (SNIS-RS); e águas pluviais (SNIS-AP), cuja base de dados é totalmente pública e disponibilizada gratuitamente na internet.
Periodicidade atualização	Anual
Política Pública (quando aplicável)	Saneamento Básico
Conteúdo sigiloso?	Não
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Sim
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado já disponibilizado.
Decisão	Manter

Base: FCF

FCF - Fundos Constitucionais de Financiamento

Unidade	---
Setor	---
Sigla da base	FCF
Nome da base de dados	FCF - Fundos Constitucionais de Financiamento
Descrição	Base de dados com as informações de contratações dos Fundos Constitucionais de Financiamentos. A base contém informações de número de operações e valores contratados por municípios, segregada por porte, programa e setor.
Periodicidade atualização	Não se aplica
Política Pública (quando aplicável)	Desenvolvimento Regional (PNDR)
Conteúdo sigiloso?	Não se aplica
Disponível no Portal Dados Abertos MCID?	Não se aplica
Prazo para abertura da base	Não se aplica. Dado não será disponibilizado.
Decisão	Excluir
Observação	Não é de responsabilidade do MCID, mas do MIDR.

X. Referências

Os principais normativos utilizados para a elaboração deste Plano são:

Lei de Acesso à Informação (LAI) - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2016 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016 - Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.

Decreto nº 9.903, de 8 de julho de 2019 - Altera o Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016, que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, para dispor sobre a gestão e os direitos de uso de dados abertos.

Resolução CGINDA nº 3, de 13 de outubro de 2017 - Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.

Instrução Normativa nº 4 de 13 de abril de 2012 - Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos – INDA.

Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - ePING – A arquitetura ePING – Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico.

Portaria MCID nº 1.048, de 22 de agosto de 2023, que institui o Comitê Gestor de Dados Abertos.

Portaria nº 591, de 19 de maio de 2023, que institui o Comitê de Governança Digital do Ministério das Cidades.

XI. Glossário

Dado - sequência de símbolos ou valores, representados em qualquer meio, produzidos como resultado de um processo natural ou artificial.

Dado acessível ao público - qualquer dado gerado ou acumulado pelo Governo que não esteja sob sigilo ou sob restrição de acesso nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Dados abertos - dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet, disponibilizados sob licença aberta ou sob domínio público que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a autoria ou a fonte.

Dados abertos governamentais - metodologia para a publicação de dados do governo em formatos reutilizáveis, visando o aumento da transparência e maior participação política por parte do cidadão, além de gerar diversas aplicações desenvolvidas colaborativamente pela sociedade.

E-PING: Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico – define um conjunto mínimo de premissas, políticas e especificações técnicas que regulamentam a utilização da Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) na interoperabilidade de serviços de Governo Eletrônico, estabelecendo as condições de interação com os demais Poderes e esferas de governo e com a sociedade em geral.

Formato aberto - formato de arquivo não proprietário, cuja especificação esteja documentada publicamente e seja de livre conhecimento e implementação, livre de patentes ou de qualquer outra restrição legal quanto à sua utilização.

Governança digital - utilização, pelo setor público, de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) com o objetivo de melhorar a informação e a prestação de serviços, incentivando a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão e tornando o governo mais responsável, transparente e eficaz.

Licença aberta - acordo de fornecimento de dados que conceda amplo acesso para que qualquer pessoa os utilize, os reutilize e os redistribua, estando sujeito a, no máximo, a exigência de creditar a sua autoria e compartilhar pela mesma licença.

Plano de Dados Abertos - documento orientador para as ações, com prazos definidos, de implementação e promoção de abertura de dados de cada órgão ou entidade da administração pública federal, obedecendo os padrões mínimos de qualidade, de forma a facilitar o entendimento e a reutilização das informações.

Metadados - são dados sobre outros dados que visam facilitar o entendimento e a utilidade das informações dos dados.

Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE) - vocabulário controlado para indexar informações (documentos, bases de dados, sites etc) no governo federal.